

APENAS  
EM  
FORMATO  
DIGITAL

# Tribuna BANCÁRIA

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1691 | 16 A 20 DE NOVEMBRO DE 2021



[www.bancariosce.org.br](http://www.bancariosce.org.br)



[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)



[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)



[seebce](https://www.facebook.com/seebce)



[85 99129 5101](https://wa.me/85991295101)



[bancariosce](https://www.youtube.com/bancariosce)

## **BNB: FUNCIONÁRIOS RETOMAM NEGOCIAÇÕES E ACERTAM CALENDÁRIO DE REUNIÕES PERMANENTES**



A reunião foi a primeira negociação presencial desde o início da pandemia e conquistou compromissos importantes **(pág. 3)**

**Em 9 meses, lucro do BB chega a mais de R\$ 15 bi, mas banco fecha 7 mil postos em um ano (pág. 4)**

**COE Bradesco negocia retorno ao trabalho presencial e minuta de reivindicações (pág. 6)**

## ARTIGO

# PEC DOS PRECATÓRIOS: CALOTE NÃO É A SOLUÇÃO!

A articulação de Bolsonaro para conseguir aprovar a Proposta de Emenda à Constituição dos Precatórios (PEC nº23) no Congresso é mais um passo do caminho para facilitar sua corrida no processo eleitoral em 2022. O pacote, já aprovado em duas votações na Câmara dos Deputados, agora segue para o Senado, onde também precisará da aprovação de três quintos (49) dos senadores, após dois turnos de discussão.

O pacote abre um espaço de R\$ 91,6 bilhões no Orçamento de 2022 – ano eleitoral. E, caso seja aprovada pelo Senado ainda este ano, a Proposta também permitirá aumento de R\$ 15 bilhões no teto de gastos até o final de 2021. Esses valores para o governo gastar surgem porque a PEC 23 parcela o pagamento de precatórios e muda o cálculo do teto de gastos adicionais para o próximo ano. Precatórios são ordens de pagamento, reconhecidas pela Justiça, de indenizações que a União deve a pessoas (físicas e jurídicas) que processaram o Estado.

Além de parcelar o pagamento de precatórios, a PEC 23 traz uma emenda, aprovada na comissão especial da Câmara, que mudou a fórmula do teto de gastos. Até agora, o teto era baseado no limite de 2016, corrigido anualmente pela inflação (IPCA) acumulada entre julho de um ano e junho do ano seguinte. Com a emenda incluída na PEC 23, o teto passará a ser corrigido pela inflação de janeiro a dezembro do ano anterior. É importante ressaltar que essa mudança no cálculo do teto dos gastos foi pensada apenas para permitir gastos extras no próximo ano. Em 2023, por exemplo, não há nenhuma garantia de que esse cálculo será mais vantajoso para a União, podendo até provocar aperto nos orçamentos dos anos seguintes.

Por sua vez, o governo Bolsonaro argumenta que o aumento de recursos no orçamento de 2022 seria para financiar as despesas do Auxílio Brasil, programa criado por Bolsonaro, após acabar com o Bolsa Família, e para a compra de vacinas. Mas os recursos liberados com a PEC também poderiam ser direcionados para inflar o fundo eleitoral e nos pagamentos das emendas de relator, conhecidas como o tal “orçamento secreto”, pela falta de transparência na execução dos recursos. Entretanto, a partir de uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF), os planos de Bolsonaro para direcionar recursos para o “orçamento secreto” foram frustrados. Por 8 votos a 2, o colegiado do STF manteve a decisão da ministra Rosa Weber de suspender as emendas de relator.

Mesmo com a decisão do Supremo, com essa PEC, mais uma vez, Bolsonaro e seus líderes na Câmara passam por cima da Constituição e dos regimentos, com o objetivo de ludibriar a população. A PEC 23 atrai ainda mais instabilidade à economia brasileira, ao consolidar o calote do governo federal às pessoas que ganharam na justiça o direito à indenização do Estado. Por outro lado, existe a insegurança do programa Auxílio Brasil que, sem a PEC dos Precatórios, deixaria de existir por falta de financiamento. Estamos falando de famílias pobres, que têm dificuldades diversas, e deveriam ter mais facilidade para chegar à assistência social.

Bolsonaro acabou com o Bolsa Família criando o chamado ‘Auxílio Brasil’ com o objetivo de destruir toda a história de 18 anos de um programa social que deu certo e foi reconhecido mundialmente pelo combate à pobreza e o substitui por um programa incerto que ainda por cima, tem dada de validade – após as eleições de 2022, caracterizando uma ação meramente eleitoreira, na tentativa de atrair a simpatia daqueles que precisam do benefício, em um ano onde o presidente tenta a reeleição com índices elevados de desaprovação do seu governo.

O que o Brasil precisa é de um governo que olhe para o social, que tenha um programa de governo voltado para a geração de emprego e renda e que se empenhe na construção de um país mais justo para todos. #VidaÉLuta.



**Carlos Eduardo,**  
Presidente do Sindicato  
dos Bancários do Ceará



[www.bancariosce.org.br](http://www.bancariosce.org.br)



[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)



[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)



[seebce](https://www.facebook.com/seebce)



85 99129 5101



[bancariosce](https://www.youtube.com/bancariosce)

Site: [www.bancariosce.org.br](http://www.bancariosce.org.br) – E-mail: [bancariosce@bancariosce.org.br](mailto:bancariosce@bancariosce.org.br) – Telefone: (85) 3252 4266 – Rua 24 de Maio, 1289 - 60.020.001 – Fortaleza – Ceará  
Presidente: Carlos Eduardo Bezerra Marques – Tribuna Bancária: [imprensa@bancariosce.org.br](mailto:imprensa@bancariosce.org.br) – (85) 3231 4500 – Diretor de Imprensa: José Eduardo Rodrigues Marinho  
Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP – Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Esta edição não será impressa, disponibilizada apenas em PDF

# ENTIDADES RETOMAM NEGOCIAÇÕES PRESENCIAIS COM O BNB

**N**a quarta-feira, dia 10/11, a Comissão Nacional dos Funcionários do BNB (CNFBNB) esteve na sede administrativa do BNB, no Passaré, para debater várias pautas de interesse do funcionalismo.

O diretor de Administração do Banco, Haroldo Maia Jr, anunciou que o BNB deve implementar o trabalho remoto na Instituição em algumas áreas, mas questionado pelo secretário geral da Contraf-CUT, Gustavo Tabatinga, garantiu que todo o processo será negociado com as entidades representativas dos trabalhadores. Gustavo enfatizou ainda que, se necessário, seja construído em negociação com as entidades um acordo coletivo específico sobre trabalho remoto, a exemplo do que foi feito em outros bancos.

Com relação ao teletrabalho, o Banco informou que apenas 90 funcionários ainda estão em teletrabalho por conta da pandemia. O diretor de Administração informou ainda que a situação desses funcionários é avaliada periodicamente pelo GT de teletrabalho. “É importante destacar que o GT de Teletrabalho é fruto de um acordo coletivo de trabalho, construído com as entidades sindicais, onde temos representatividade nessa comissão paritária”, destacou a coordenadora da CNFBNB e diretora do SEEB/CE, Carmen Araújo.

O Banco informou ainda que está envidando esforços para que, em 2022, seja realizado um novo concurso específico para contratação de novos funcionários, sobretudo para a área de tecnologia da informação.

**PLANO DE FUNÇÕES** – A Comissão Nacional levantou alguns



questionamentos a respeito do recém anunciado plano de funções das agências, sobretudo com relação a ações judiciais de 7ª e 8ª horas. Segundo levantamento da CNFBNB, há ações desse tipo em vários estados, sobretudo no Piauí e Alagoas. Gustavo Tabatinga solicitou a abertura de diálogo para tratar sobre esses passivos. O Banco disse que há espaço para dialogar mediante respaldo da área jurídica do BNB para cada caso. O plano deve ser implementado a partir de 3 de janeiro, mas o Banco informou que há espaço para diálogo com as entidades quanto a ajustes pontuais.

**COVID-19** – A CNFBNB solicitou à direção do Banco que intensifique periodicamente uma campanha incentivando o cumprimento de medidas sanitárias de segurança dentro das agências e ambientes e o uso de itens de segurança individuais, mesmo entre funcionários que já estão vacinados. De acordo com o Banco, 99,92% do quadro funcional

da instituição já está devidamente imunizado.

**MICROCRÉDITO** – As entidades representativas demonstraram preocupação com a licitação para gestão do CrediAmigo, um programa de alto impacto social sobretudo diante da crise econômica atual agravada pela pandemia. O Banco informou que está acompanhando atentamente todo o processo e que tem interesse em ampliar o programa.

“Avaliamos que a retomada das negociações presenciais com o BNB foi muito positiva na medida em que obtivemos compromissos importantes da direção do Banco, com relação ao teletrabalho, trabalho remoto e passivos trabalhistas”, afirmou o secretário geral da Contraf-CUT, Gustavo Tabatinga.

**CALENDÁRIO** – O Banco e a CNFBNB devem retomar as mesas permanentes de negociações mensais a partir de fevereiro de 2022, seguindo até o mês de junho.



## Lucro do Banco do Brasil cresce 48% em 2021, e empresa fecha 7 mil vagas em 12 meses

Nos primeiros nove meses de 2021, o Banco do Brasil atingiu lucro líquido ajustado de R\$ 15,09 bilhões, crescimento de 48,1% em relação ao mesmo período de 2020. No 3º trimestre de 2021, o lucro foi de R\$ 5,1 bilhões, com crescimento de 2% em relação ao segundo trimestre deste ano.

Ao final de setembro de 2021, o BB contava com 85.069 funcionários, 7.037 postos de trabalho a menos que em setembro de 2020, em função, principalmente, do desligamento de funcionários no escopo do Programa de Adequação de Quadros (PAQ) e do Programa de Desligamento Extraordinário (PDE). Em 12 meses, foram fechadas 393 agências e 66 postos de atendimento bancário. Já o total de clientes cresceu 3,4 milhões no mesmo período, superando os 76,8 milhões.

O fechamento de agências e de postos de trabalho nos 12 meses encerrados em setembro é a conti-

nuação de um movimento observado nos últimos anos no Banco do Brasil. No 3º trimestre de 2016, o BB tinha 64,69 milhões de clientes, número que aumentou para os atuais 76,8 milhões. Um crescimento de 19%. A quantidade de trabalhadores, por sua vez, foi reduzida em 22% no mesmo período, passando de 109 mil para 85 mil. Os dados são dos Demonstrativos de Resultados do próprio BB. O número de agências também diminuiu substancialmente entre o 3º trimestre de 2016 e o 3º trimestre de 2021, passando de 5.430 para 3.977. Uma redução de 26,8%.

As receitas com prestação de serviços e tarifas bancárias aumentaram 1% em um ano, alcançando R\$ 21,5 bilhões em setembro, enquanto as despesas com pessoal, incluindo o pagamento da PLR, cresceram 7,7%, totalizando R\$ 17,6 bilhões. Assim, a cobertura dessas despesas pelas receitas secundárias do banco foi de

122,3% nos nove meses de 2021. Este dado comprova que o BB tem totais condições de contratar mais, tanto para diminuir a sobrecarga de trabalho que só aumenta, como também para fortalecer a empresa pública frente à concorrência privada, além de prestar um serviço melhor à população e ajudar a diminuir o desemprego que atinge mais de 13 milhões de brasileiros.

O resultado apresentado pelo BB só reforça a luta das entidades sindicais em defesa dos bancos públicos. A sociedade brasileira como um todo deve encampar essa luta pelo fortalecimento do Banco do Brasil e da sua atuação de combate às crises econômicas, sob risco de perder um instrumento fundamental de desenvolvimento econômico e social, já que, como banco público, o BB atua em municípios pobres e pequenos, e bairros das periferias onde os bancos privados não operam por estes locais não trazerem o retorno financeiro que julgam satisfatório.

# Caixa não contratou metade dos empregados prometidos pela direção do banco

**P**assados quatro meses da promessa do presidente da Caixa, Pedro Guimarães de contratar mais 4 mil empregados, o ritmo das contratações segue lento, enquanto nas agências os trabalhadores enfrentam sobrecarga de trabalho e adoecimento. Números levantados pela Fenae indicam que a direção da empresa não admitiu nem metade do que foi anunciado.

Em agosto, a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) autorizou o banco público a contratar mais 3 mil funcionários, ampliando seu quadro de pessoal para 87.544. Conforme dados de outubro, a Caixa contava com 85.772 mil funcionários. Isso representa 1.772 a menos do total autorizado.

Pedro Guimarães alardeou na imprensa, em julho, que o banco abriria 10 mil novas vagas de trabalho, entre concursados, recepcionistas, vigilantes, estagiários e adolescentes aprendizes. Desse total, 3 mil seriam destinados aos aprovados no concurso público de 2014 e outros mil para PcDs. Ainda em 2019, em



entrevista ao Correio da Paraíba, Guimarães afirmou que contrataria todos os concursados. Até o momento, nenhuma das promessas foram cumpridas.

No dia 31 de outubro, a Caixa realizou concurso público para preenchimento de 1.100 vagas para Pessoas com Deficiência (PcDs), sendo mil imediatas e 100 para o cadastro de reserva. O resultado está previsto para sair em dezembro.

“O quadro de pessoal da Caixa

vem sofrendo uma grande redução ao longo dos anos, com um déficit de, aproximadamente, 20 mil bancários, ao mesmo tempo em que há aumento do número de clientes. O concurso para PcDs é uma medida positiva e exigida por lei, mas insuficiente. É preciso que as contratações de concursados também sejam efetivamente realizadas e de forma célere, sob o risco de se comprometer a assistência à população”, destaca o presidente da Fenae, Sergio Takemoto.

## Lucro do Bradesco chega a quase R\$ 20 bi em apenas 9 meses

O Bradesco obteve lucro líquido recorrente de R\$ 19,602 bilhões nos nove primeiros meses de 2021, crescimento de 54,9% em relação ao mesmo período de 2020. No 3º trimestre, o lucro foi de R\$ 6,767 bilhões, alta de 7,1% em relação ao trimestre imediatamente anterior. O resultado é melhor, inclusive, do que o dos períodos que antecederam a pandemia.

A receita obtida pelo Bradesco com prestação de serviços e tarifas bancárias cresceu 5,3% em doze meses, totalizando R\$ 20,4 bilhões. Esta é

uma fonte secundária de receitas do banco. O valor é muito grande, porém muito menor do que os obtidos pelo banco com suas principais transações financeiras. Mas, mesmo com este valor “secundário”, o banco consegue pagar todas as despesas de pessoal e ainda sobra 38,3%.

**Demissões e fechamento de agências** – Nos últimos três meses, o banco abriu 374 postos de trabalho. Mas, se olharmos a quantidade de vagas fechadas no decorrer de um ano, vere-

mos que a verdade é que o banco vem reduzindo seu quadro de funcionários. Ao final de setembro de 2021, a holding contava com 87.736 empregados no país, com fechamento de 8.198 postos de trabalho em doze meses.

E os clientes, como demonstra o relatório do próprio banco, estão pagando cada vez mais tarifas, têm menos trabalhadores para atendê-los e também menos agências para procurar em caso de necessidade. Em doze meses, foram fechadas 765 agências e 120 postos de atendimento (PA).



## COE e Bradesco retomam mesa de negociação da minuta de reivindicações

A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Bradesco se reuniu com o banco dia 5/11 para debater a minuta de reivindicações específicas dos funcionários do banco. “Estamos sem negociação desde antes da pandemia, há praticamente dois anos”, lembrou a coordenadora da COE, Magaly Fagundes, durante o encontro. Emprego, saúde e segurança são os principais pontos da minuta. O documento foi construído de forma coletiva e atualizado no Encontro Nacional dos Trabalhadores do Bradesco, que ocorreu em agosto. O banco assumiu o compromisso de enviar uma proposta de calendário de negociação da minuta específica e sobre os seguintes pontos abordados também no encontro:

**TELETRABALHO** – O rodízio de teletrabalho na rede de agências acabou no dia 4/10. Recentemente o Comando Nacional divulgou o resultado da 2ª Pesquisa de Teletrabalho da Categoria Bancária. Com base neste material, o Diesse está preparando um relatório com o recorte do Bradesco. A partir dele, a representação dos funcionários quer ajustar o acordo, assinado em

2020, à realidade dos funcionários do banco.

**PLANOS DE SAÚDE** – Antes da pandemia, os representantes dos funcionários haviam levantado uma série de questões relacionadas à ampliação dos planos Saúde e Dental. Na reunião, os sindicatos pediram a retomada da discussão para rever os problemas com a rede de credenciados pelas federações e seus respectivos sindicatos.

**IGUALDADE DE OPORTUNIDADES** – Os representantes dos trabalhadores também se manifestaram sobre a necessidade de o banco apresentar propostas para alcançar a igualdade de oportunidades, além da equidade salarial.

**REESTRUTURAÇÃO** – Apesar de o Bradesco não anunciar, oficialmente, que há um programa de reestruturação em andamento, as demissões acontecem ao mesmo tempo em que o banco vem transformando agências em unidades de negócio (UN), estruturas sem caixas e com atendimento automatizado. Segundo levantamento da COE junto aos sindicatos, já passam de 3

mil demissões este ano. Considerando doze meses, encerrados em setembro de 2021, o Bradesco eliminou cerca de mil agências, resultando no corte de mais de 8.100 postos de trabalho.

**TRABALHO PRESENCIAL** – Durante reunião com a COE, o banco anunciou a ampliação de 10% para 20% do quadro de trabalhadores no esquema presencial, a partir do dia 16/11. O retorno valerá para todas as estruturas administrativas. A cada semana, o banco irá incrementar em mais 20% o quadro presencial. Porém, avaliando o cenário a cada 15 dias. Apenas aqueles que estiverem totalmente imunizados estarão elegíveis para o trabalho presencial. Funcionários do grupo de risco e gestantes continuarão em home-office. E, conforme solicitado anteriormente pelos sindicatos, o retorno será de forma gradual, respeitando os protocolos de segurança e com escalas nos horários de almoço, de entrada e de saída de funcionários.

O Bradesco manterá o horário reduzido para o público normal nas agências, das 10h às 14h. E, para os aposentados, em dia de pagamento, das 8h às 14h e, em dias normais, das 9h às 14h.

## Funcef: Participantes do REG/Replan optam por manter prazos e taxas atuais dos equacionamentos

Em consulta realizada pela Funcef, cerca de 70% dos participantes do REG/Replan optaram por manter os prazos e taxas de contribuição extraordinária sobre o alongamento dos equacionamentos previsto pela Resolução CNPC 30/2018.

A consulta, realizada entre os dias 1º e 10 de novembro, contabilizou a manifestação de 20.064 ativos e assistidos, que representam 33,39% dos 60.088 participantes do REG/Replan aptos a votar. Isso significa que o quórum mínimo estipulado pela Fundação (20%) foi alcançado. Vale lembrar que a consulta aos participantes do REG/Replan em relação à aplicação do CNPC 30 foi realizada após três anos de muitas cobranças das entidades representativas. A realização da consulta reforçou a importância do aprofundamento do debate sobre a Funcef e sua gestão.

Separando por modalidade, a opção por manter foi escolhida por 68,38% dos 18.290 participantes do Saldado que se manifestaram e por 81,34% dos 1.774 ativos e assistidos votantes do Não Saldado. De acordo com a Funcef, considerando o resultado da manifestação, a Fundação manterá os termos dos planos de equacionamento vigentes, sem a extensão do prazo, possibilidade prevista pela CNPC 30. A participação na consulta não implicou em concordância com os planos de equacionamento vigentes, nem configura renúncia de direitos a eles relacionados.

Em caso de dúvida, entre em contato com a Funcef, pelo chat no aplicativo da Fundação, das 9h às 16h, pelo Fale Conosco ou ligue para o telefone 0800 706 9000, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, exceto feriados.



## Funcionários voltam a negociar retorno ao trabalho presencial no Itaú

A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú e membros do Grupo de Trabalho (GT) de Saúde do Itaú se reuniram com a direção do banco, dia 10/11, para discutir o protocolo de retorno ao trabalho presencial dos trabalhadores que estão em home office, o retorno dos trabalhadores do Grupo de Risco e o parcelamento do adiantamento de salário aos trabalhadores afastados.

O banco iniciou a reunião garantindo que os protocolos de saúde e segurança, como o uso de máscara, álcool gel, distanciamento e análise dos contactantes quando tem caso suspeito, entre outras medidas, continuam sendo adotados e continuarão enquanto o cenário atual permanecer.

Os representantes do Itaú informaram ainda que o banco é contra a realização de exame de retorno, pois as pessoas não estão afastadas, estão trabalhando em home office e não faz sentido fazer exames.

Para o retorno dos trabalhadores do grupo de risco, o banco estabeleceu o ciclo vacinal completo, mais o período de 14 dias como exigência mínima. Nas agências, este retorno começou a acontecer a partir do dia 4/10. Na administração, o processo gradativo

está acontecendo com pessoas que estão se voluntariando, ainda em número reduzido, por conta dos protocolos dos prédios.

O banco deixou claro ainda que todos os bancários que estão com ciclo de vacinação completa e se recusar a retornar ao trabalho presencial por algum impedimento médico devem ser encaminhados ao INSS.

Neste momento, os representantes dos trabalhadores apontaram diversos casos das suas bases de trabalhadores que voltaram sem nenhum exame e foram demitidos, apesar de um problema de saúde. O movimento sindical, então, voltou a reivindicar que o banco analise caso a caso o retorno dos trabalhadores do grupo de risco e busque realocar esses mesmos funcionários em Home Office e Teletrabalho.

### PARCELAMENTO DE DÍVIDAS –

Os trabalhadores reivindicam ainda a retomada da discussão do parcelamento da dívida do INSS. O banco sugeriu que fosse marcada uma nova reunião para debater o tema. Entretanto, adiantou que um acordo só será fechado nacionalmente, com todas as entidades representativas dos bancários.



**Bradesco**  
Financiamentos

## Funcionários do Bradesco Financiamentos não aprovam acordo no Ceará e podem ser prejudicados

Nos dias 9 e 10/11, aconteceu, virtualmente, uma assembleia com os funcionários do Bradesco Financiamentos em todo o Brasil para deliberar sobre a assinatura de acordo coletivo de trabalho referente às áreas de análise de crédito, de atendimento e de suporte, com vigência de dois anos a contar da data da assinatura.

A renovação do acordo é muito importante para garantir direitos específicos dos funcionários do Bradesco Financiamentos, equiparando-os em direitos aos demais funcionários do banco.

Entretanto, no Ceará, não houve presença na assembleia. Nenhum funcionário da Bradesco Financiamentos votou nem para aprovar e nem rejeitar, inviabilizando a renovação do acordo no nosso Estado. Dessa forma, o Sindicato dos Bancários do Ceará não

poderá assinar o acordo, o que pode, inclusive, significar a “desbancarização” dos funcionários do Bradesco Financiamentos. O Sindicato somente pode encaminhar a questão conforme decisão da assembleia. E não tendo esta decisão, a preocupação é quanto ao risco de perda de direitos e impactos no emprego e condições de trabalho garantidos pelo acordo.

É importante destacar que a assembleia foi divulgada em todos os nossos meios de comunicação e aplicativo e os diretores da entidade visitaram as unidades com panfleto esclarecendo sobre o assunto e como votar.

São 21 trabalhadores na base territorial do Ceará e é urgente que estes entrem em contato com o Sindicato (85 3252 4266 / bancariosce@bancariosce.org.br) para decidir sobre a manutenção dos seus direitos coletivos garantidos neste acordo.

## Funcionários do Bradesco no Ceará aprovam acordo da CIPA

Em assembleia virtual realizada dias 9 e 10/11, através do sistema Vota Bem, os funcionários do Bradesco no Ceará aprovaram o acordo coletivo de trabalho referente ao programa de capacitação designado CIPA 2021/2022, com vigência de dois anos, a contar da data da assinatura.

Um total de 92,57% dos votantes aprovou o acordo da CIPA, enquanto 1,12% votaram contra e 6,32% se abstiveram.

O acordo entre os sindicatos e o banco para o programa de capacitação da CIPA, realizado na modalidade ensino à distância (EAD) pela plataforma Treinet, é renovado a cada dois anos. A CIPA é baseada na Norma Reguladora nº5 (NR5), do Ministério do Trabalho, dispositivo que estabelece a implantação do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional nas empresas. A participação dos trabalhadores no acordo CIPA-Treinet é fundamental para que os cursos na plataforma sejam elaborados com o foco no coletivo, abordando questões que não podem ser tratadas de forma individualizada, como adoecimento mental no trabalho.

A CIPA, comissão interna de prevenção de acidentes, tem como objetivo a prevenção de acidentes de trabalho e doenças decorrentes do trabalho, preservando a vida e promovendo a saúde do trabalhador.

### Cesta básica de R\$ 700

O preço da cesta básica voltou a subir em outubro, em 16 das 17 capitais pesquisadas pelo Dieese, chegando a passar de R\$ 700. Segundo levantamento divulgado pelo Dieese dia 5/11, a cesta mais cara foi a de Florianópolis (R\$ 700,69), seguida pelas de São Paulo (R\$ 693,79), Porto Alegre (R\$ 691,08) e Rio de Janeiro (R\$ 673,85). Em Fortaleza, o valor estimado da cesta é de R\$ 563,96. Para as famílias de baixa renda, o preço da cesta básica de alimentos chega a comprometer, na média entre as 17 capitais, 58,35% do salário mínimo líquido. Em algumas capitais, já equivale mais de 60% do salário mínimo.

### Hora do sono

- Parece haver um horário ideal para dormir – entre 22h e 23h – associado a uma melhor saúde do coração, sugerem pesquisadores que analisaram 88 mil voluntários. A equipe por trás do estudo, conduzido pelo UK Biobank, acredita que a sincronização do sono para corresponder ao nosso relógio biológico interno pode explicar a associação encontrada com um risco reduzido de ataques cardíacos e derrames. Os pesquisadores coletaram dados sobre os tempos de sono e acordados de voluntários ao longo de 7 dias e acompanharam o que aconteceu com os participantes durante uma média de seis anos.

### Recorde de desmatamento

- Dois dias depois de o ministro do meio ambiente afirmar na COP26 que o “futuro verde do Brasil já começou”, dados apontam que Amazônia Legal teve uma área de 877 km<sup>2</sup> sob alerta de desmatamento, uma alta de 5% em relação a 2020 e recorde para o mês na série histórica. Os números foram divulgados pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe) dia 12/11. A Amazônia Legal corresponde a 59% do território brasileiro, e engloba a área de 8 estados. Na COP26, que acontece em Glasgow, na Escócia, o Brasil tem ignorado os recordes de devastação e prometeu acabar com o desmatamento ilegal até 2028.